

Um Estudo sobre o Financiamento nas Micro, Pequenas e Médias Empresas no Estado de São Paulo

Elizabeth Krauter¹
Almir Ferreira de Sousa²

Resumo: Apesar da relevância das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) para a economia e a geração de empregos no Brasil, existe uma carência de estudos e pesquisas sobre o segmento. O objetivo deste estudo foi identificar as modalidades de financiamento utilizadas pelas MPMEs no estado de São Paulo. Adicionalmente, procurou verificar o conhecimento dos respondentes sobre os fundos garantidores de crédito e sua utilização pelas empresas. Utilizou-se amostra não probabilística de 59 empresas. Os resultados apontaram que: a) o pagamento de fornecedores a prazo era a modalidade de financiamento mais utilizada; b) a solicitação de empréstimo bancário aumentou no período de 2010 a 2015; c) todas as empresas que solicitaram empréstimo bancário conseguiram realizar a operação; d) os respondentes apresentaram baixo conhecimento dos fundos garantidores de crédito.

Palavras-chave: Pequenas empresas. Financiamento. Fundos garantidores de crédito.

1 Introdução

As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) têm um papel importante no desenvolvimento e na economia do Brasil. Elas são responsáveis pela produção de grande parte do total de bens e serviços e pelo emprego de grande contingente de mão de obra com diversos níveis de qualificação, além de contribuir com a arrecadação de impostos e estimularem a inovação e a competição.

Nos últimos anos, devido a melhorias nas condições macroeconômicas do Brasil, as MPMEs tiveram acesso a financiamentos bancários a taxas de juros mais baratas (MDIC, 2013). Em 2013, do total de R\$190,4 bilhões de recursos desembolsados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o segmento das MPMEs recebeu R\$63,5 bilhões, crescimento de 26,8% em relação ao ano anterior (GANDRA, 2014). O volume total de crédito bancário em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) atingiu 56% em 2013, sendo que a relação volume de crédito bancário pessoa jurídica/PIB foi de 30,2%, um aumento de 13,3% em relação ao ano anterior (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013). Apesar desses indicadores, o crédito no Brasil ainda é escasso. Em países desenvolvidos, a relação com o PIB é superior a 100% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

¹ Doutora em Administração. Professora Doutora da FEA-RP/USP. ekrauter@usp.br

² Doutor em Administração. Professor Associado da FEA/USP. abrolhos@usp.br

A despeito do cenário favorável dos últimos anos, as MPMEs no Brasil ainda encontram muitas dificuldades para obter financiamento bancário, seja em instituição financeira pública ou privada (ZICA; MARTINS, 2010). A insuficiência de garantias é apontada como uma das principais barreiras à concessão de financiamento bancário para as MPMEs (STIGLITZ; WEISS, 1981; CARVALHO; ABRAMOVAY, 2004; MORAIS, 2008; SEBRAE, 2009).

Segundo o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) (2014a), a dificuldade de acesso ao financiamento bancário faz com que as MPMEs recorram a outras alternativas de financiamento como: pagamento de fornecedores a prazo, cartão de crédito, cheque especial e empréstimo de parentes e amigos.

Diante desse cenário, o objetivo desta pesquisa foi identificar as modalidades de financiamento utilizadas pelas MPMEs localizadas no estado de São Paulo. Adicionalmente, procurou verificar o conhecimento dos respondentes sobre os fundos garantidores de crédito e sua utilização pelas empresas. A pesquisa procurou responder ao seguinte questionamento: Quais as modalidades de financiamento mais utilizadas pelas MPMEs localizadas no estado de São Paulo? Para classificar o porte das empresas foi utilizado o critério do Sebrae. Optou-se por estudar MPMEs localizadas no estado de São Paulo por ser esse o estado com o maior PIB do Brasil. Em 2013 (estatística mais recente disponível), o estado de São Paulo ocupou o primeiro lugar no *ranking* de contribuição dos estados para o PIB do Brasil, respondendo por 31,4% do PIB nacional (CALEIRO, 2014).

Apesar da relevância das MPMEs para a economia e para a geração de empregos, existe uma carência de estudos e pesquisas sobre o segmento no Brasil. Não foram encontradas pesquisas acadêmicas que estudaram as MPMEs com a mesma abordagem do presente estudo. O Sebrae (2014a, 2014b) realizou duas pesquisas sobre o financiamento de pequenos negócios no Brasil, utilizando amostras formadas por microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. Diferentemente do Sebrae, o presente estudo utiliza uma amostra formada por micro, pequenas e médias empresas.

O Sebrae (2015a) reconhece que um dos maiores problemas nos estudos sobre MPMEs é a escassez de informações e de estatísticas atualizadas, o que ocasiona uma lacuna de conhecimento. O presente estudo contribui para diminuir essa lacuna ao ampliar o conhecimento existente sobre o tema.

2 Referencial Teórico

2.1 Definição de Micro, Pequena e Média Empresa

Não existe um critério único para definir o porte das empresas (LIMA, 2001). As classificações variam de país para país e de acordo com as políticas de apoio e promoção (SOUZA; MAZZALI, 2008). Os critérios quantitativos mais utilizados para definir o porte das empresas são: número de empregados, receita operacional bruta anual e faturamento bruto anual. No Brasil, as classificações variam dependendo do órgão/entidade. A classificação adotada pelo BNDES e aplicável a todos os setores, baseia-se na receita operacional bruta anual, e foi definida nas circulares nº 11/2010 e 34/2011 (Tabela 1).

Tabela 1 – Porte segundo a classificação do BNDES

Porte	Receita operacional bruta anual
Microempresa	Até R\$ 2,4 milhões
Pequena empresa	Acima de R\$ 2,4 milhões até R\$ 16 milhões
Média empresa	Acima de R\$ 16 milhões até R\$ 90 milhões
Média-grande empresa	Acima de R\$ 90 milhões até R\$ 300 milhões
Grande empresa	Acima de R\$ 300 milhões

Fonte: BNDES (2015, p. 6).

O Sebrae define o porte em função do número de pessoas ocupadas e do setor de atividade econômica (Tabela 2).

Tabela 2 – Porte segundo a classificação do Sebrae

Porte	Atividade econômica	
	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresa	Até 19 pessoas ocupadas	Até 09 pessoas ocupadas
Pequena empresa	De 20 a 99 pessoas ocupadas	De 10 a 49 pessoas ocupadas
Média empresa	De 100 a 499 pessoas ocupadas	De 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande empresa	Acima de 500 pessoas ocupadas	Acima de 100 pessoas ocupadas

Fonte: Sebrae (2015a).

2.2 Importância das Micro, Pequenas e Médias Empresas

Em 2013, na maioria dos países, as grandes empresas não representavam mais de 5% do total de empresas existentes (LONDON, 2013). O relatório anual elaborado pela *European Commission* (ANNUAL REPORT ON EUROPEAN SMEs 2013/2014, 2014) aponta o importante papel que as MPMEs tiveram na recuperação da economia dos 28 países da União Europeia (UE). Em 2013, elas representavam 99,8% do total de 21,2 milhões de empresas não financeiras; empregavam 88,8 milhões de pessoas (66,9% do total de empregos) e representavam 58,1% do PIB (Tabela 3).

Tabela 3 – Nº de empresas, nº de empregos, participação no PIB das MPMEs na UE em 2013

Porte	Nº de empresas (%)	Nº de empregos (%)	PIB (%)
Microempresa	92,4	29,1	21,6
Pequena empresa	6,4	20,6	18,2
Média empresa	1,0	17,2	18,3
MPMEs	99,8	66,9	58,1
Grande empresa	0,2	33,1	41,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Annual report on European SMEs 2013/2014 (2014, p. 15).

Em 2013 no Brasil, o universo das MPMEs representava 99% do total de empresas do país. O segmento foi responsável pela geração de cerca de 67% dos empregos formais, por 59,3% da massa salarial e por 27% do PIB (SEBRAE, 2015a) (Tabela 4).

Tabela 4 – Nº de estabelecimentos e distribuição de empregos por porte no Brasil em 2013

Porte	Nº de estabelecimentos (%)	Nº de empregos (%)
Microempresa	92,8	23,5
Pequena empresa	6,2	28,6
Média empresa	0,6	15,4
MPMEs	99,6	67,5
Grande empresa	0,4	32,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Adaptado de Sebrae (2015b, p. 49 e 181).

2.3 Financiamento nas Micro, Pequenas e Médias Empresas

A decisão de financiamento é uma das três decisões financeiras que o empresário precisa tomar para atingir o objetivo de maximizar o valor da empresa. As outras duas são: decisão de investimento e decisão de alocação do resultado líquido. A empresa pode utilizar capital próprio e capital de terceiros para financiar suas atividades. O capital próprio é formado por recursos dos proprietários. Já o capital de terceiros é formado por recursos financeiros onerosos, como as linhas de crédito bancárias, e por recursos financeiros não onerosos, como o pagamento de fornecedores a prazo (LEMES JÚNIOR; PISA, 2010).

No caso das linhas de crédito bancárias, no Brasil, elas podem ser classificadas, segundo a origem, em crédito direcionado e crédito livre. No caso dos recursos livres, as taxas de juros, os prazos e as garantias são determinadas pelo mercado. Os recursos são de fontes privadas e são constituídos de linhas de crédito de bancos privados e públicos. São exemplos, as contas garantidas e o desconto de duplicatas. Já nos recursos direcionados, encontram-se os empréstimos do BNDES. Esses créditos têm sua aplicação definida nos programas de crédito de fomento (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Quanto à finalidade, os empréstimos bancários podem ser destinados a: capital de giro, investimento fixo e capital de giro associado a um investimento fixo (BNDES, 2015). Dentre as alternativas de financiamento de curto prazo, disponíveis no mercado, podem ser citadas as seguintes (ROSS et al., 2013):

- a) Contas garantidas;
- b) Antecipação de recebíveis: desconto de duplicatas, antecipação de recebíveis de cartão de crédito, antecipação de cheque pré-datado;
- c) Crédito rotativo: a instituição financeira estabelece o valor que a empresa pode sacar com base no valor dos recebíveis em cobrança ou em custódia no banco;
- d) Vendedor: a empresa toma uma linha de crédito e o banco financia o comprador da empresa;
- e) Compror: a empresa toma uma linha de crédito e o banco financia os vendedores da empresa.

Para financiamento de longo prazo, as MPMEs contam com os recursos do BNDES. São exemplos: BNDES Automático para projetos de investimento; BNDES Finame para financiamento de máquinas, equipamentos e bens de informática (BNDES, 2015).

As MPMEs dispõem, ainda, do crédito comercial ou crédito de fornecedores. Trata-se de um arranjo contratual em que comprador e fornecedor negociam o pagamento da transação comercial para data posterior à entrega das mercadorias, bens ou serviços (CARVALHO; SCHIOZER, 2015). Segundo Carvalho e Schiozer (2012), em $\frac{3}{4}$ das micro e pequenas empresas brasileiras, as compras a prazo representam 50% das compras totais.

O Sebrae (2014a) realizou uma pesquisa com o objetivo de avaliar as principais características do universo dos pequenos negócios no Brasil, quanto à questão do seu financiamento. A amostra era formada por 5.341 empresas, de todos os estados do Brasil. Quanto ao porte, a amostra era composta por microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, dos setores: indústria, comércio, serviços e construção. O período de coleta de dados foi de julho a outubro de 2013. Os resultados apontaram que, no momento da pesquisa, as fontes de financiamento mais utilizadas eram: pagamento de fornecedores a prazo com 63%, cheque especial/cartão de crédito com 54% e cheque pré-datado com 43%. A pesquisa mostrou também que a utilização de financiamento bancário cresceu no período de 2009 a 2012, passando de 10% em 2009 para 22% em 2012; e apresentou declínio no período de 2012 a 2013, passando para 17%. Das empresas que solicitaram financiamento bancário, 83% conseguiram realizar a operação e 17% tiveram seu pedido negado. As principais razões apontadas pelos bancos para negar o financiamento foram: saldo médio insuficiente com 14% e insuficiência de garantias reais com 13%.

A pesquisa levantou também se os empresários utilizavam a) recursos da empresa para pagar despesas pessoais e b) recursos pessoais para pagar contas da empresa. Os resultados apontaram que: 60% dos proprietários das empresas utilizavam recursos pessoais para pagar contas da empresa e 56% utilizavam recursos da empresa para pagar despesas pessoais.

Outro dado levantado pela pesquisa foi o prazo das operações de compra e venda a prazo. Os resultados mostraram que as compras a prazo representavam 50% das compras totais e o prazo médio concedido pelos fornecedores era de 30 dias. Quanto as vendas a prazo, representavam 50% das vendas totais e o prazo médio concedido aos clientes era de 30 dias.

Pesquisa mais recente realizada pelo Sebrae (2014b) com o mesmo objetivo de avaliar as principais características do universo dos pequenos negócios no Brasil, quanto à questão do seu financiamento, contou com uma amostra de 1.500 empresas, de todas as regiões do Brasil, dos setores: indústria, comércio e serviços. Quanto ao porte, as empresas da amostra englobavam microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. As entrevistas foram realizadas por telefone no período de agosto a setembro de 2014. No momento da entrevista, as modalidades de financiamento mais utilizadas eram: pagamento de fornecedores a prazo com 61%, cheque especial/cartão de crédito com 49% e pagamento com cheque pré-datado com 35%. A pesquisa revelou que no período de 2010 a 2014 aumentou a proporção de empresas que tomaram financiamento bancário. Porém, essa proporção ainda é muito baixa. Das empresas que solicitaram financiamento bancário, 28% tiveram seu pedido negado. As principais razões apontadas pelos bancos para não conceder o financiamento foram: conta corrente (ou empresa) muito nova com 11% e registro da empresa no Cadin/Serasa com 10%.

A pesquisa levantou também se os empresários utilizavam: a) recursos da empresa para pagar despesas pessoais e b) recursos pessoais para pagar contas da empresa. Os resultados mostraram que: 53% dos proprietários das empresas utilizavam recursos da empresa para pagar despesas pessoais e 52% utilizavam recursos pessoais para pagar contas da empresa. Quanto ao prazo das operações de compras e vendas a prazo, os resultados mostraram que as compras a prazo representavam 42% das compras totais e o prazo médio concedido pelos fornecedores era de 54 dias. Já as vendas a prazo representavam 48% das vendas totais e o prazo médio concedido aos clientes era de 62 dias.

O Gráfico 1 apresenta as modalidades de financiamento utilizadas pelas empresas nas duas pesquisas realizadas pelo Sebrae e descritas acima. O pagamento de fornecedores a prazo foi a modalidade mais utilizada em ambas as pesquisas. Apresentou pequeno declínio – de 63% para 61% – de uma pesquisa para outra. A segunda modalidade mais utilizada foi cheque especial/cartão de crédito. Na primeira pesquisa (2014a) foi citada por 54% e na segunda (2014b) por 49%. Os empréstimos bancários em bancos oficiais e privados apareceram em terceiro e quarto lugares, respectivamente, com pequeno declínio de uma pesquisa a outra.

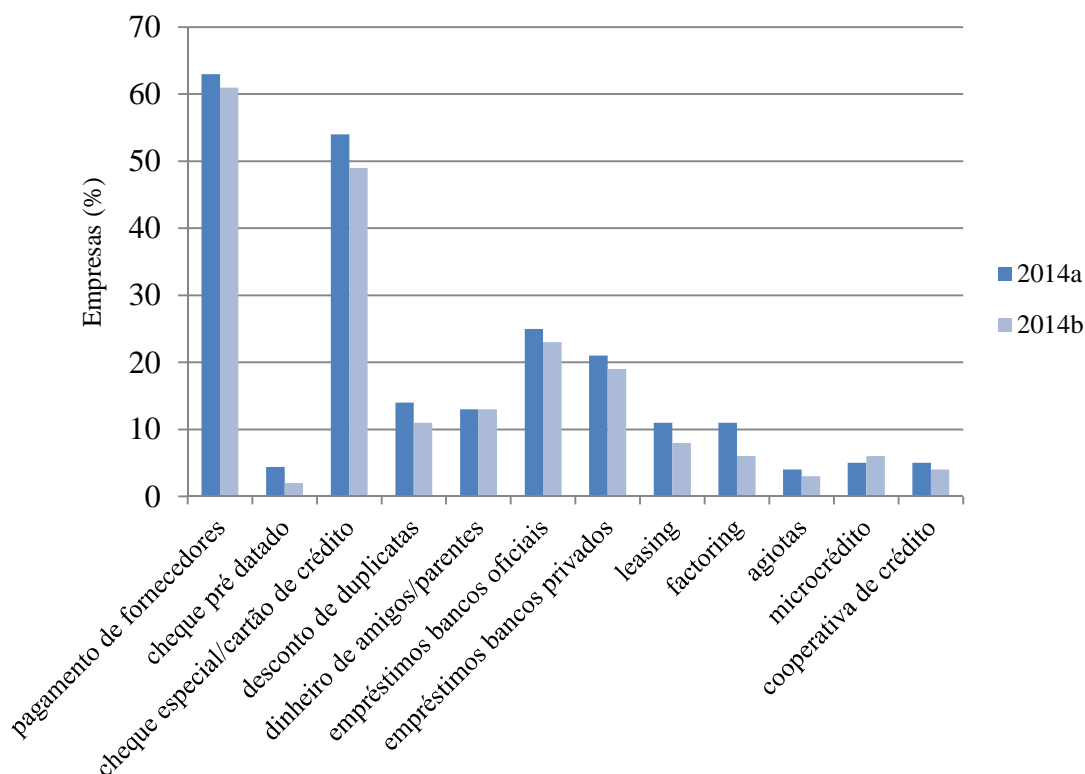


Gráfico 1 – Modalidades de financiamento utilizadas

Fonte: Adaptado de Sebrae (2014a, 2014b)

2.4 Fundos Garantidores de Crédito

A baixa qualidade das informações disponibilizadas pelas MPMEs e as metodologias de análise de crédito utilizadas pelas instituições financeiras, que não são adequadas às peculiaridades das MPMEs, acabam criando barreiras de acesso ao crédito pelo segmento (MDIC, 2013).

Para compensar o risco percebido, as instituições financeiras exigem garantias para conceder empréstimos. As garantias podem assumir a forma de garantias reais e de garantias fidejussórias. As reais são constituídas por hipotecas, penhor, alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, e caução de títulos. Já as fidejussórias são o aval e a fiança (ROSS et al., 2013).

A insuficiência de garantias é apontada como a principal restrição para a concessão de empréstimos para as MPMEs (STIGLITZ; WEISS, 1981; CARVALHO; ABRAMOVAY, 2004; MORAIS, 2008; SEBRAE, 2009). Para tentar minimizar esse problema, foram criados os fundos garantidores de crédito. Eles são uma alternativa para as MPMEs que não possuem garantias reais suficientes para serem utilizadas nas operações de crédito (CNI, 2010). A utilização dos fundos aumenta a chance de as empresas terem seus financiamentos aprovados (CNI, 2010). Os quatro principais fundos são: Fundo de Aval, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas, Fundo Garantidor de Investimento e Fundo de Garantia de Operações.

O Fundo de Aval (FDA) é um fundo operado pela Desenvolve SP e conta com recursos do Tesouro do Estado de São Paulo. Aplica-se a todas as linhas de financiamento, exceto para operações de capital de giro. Já o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE) é um fundo do Sebrae e tem a finalidade exclusiva de complementar as garantias exigidas pelas instituições financeiras (DESENVOLVE SP, 2014).

O Fundo Garantidor de Investimentos (FGI) é um fundo administrado pelo BNDES e oferece garantias às linhas de crédito oferecidas pelo BNDES (CNI, 2010). O Fundo de Garantia de Operações (FGO) é um fundo administrado pelo Banco do Brasil e oferece garantias às linhas de crédito de capital de giro e investimento (CNI, 2010).

3 Metodologia

Esta pesquisa classifica-se como exploratória, descritiva, de campo e bibliográfica. Segundo Vergara (2006), a pesquisa é exploratória quando há pouco conhecimento acumulado sobre o tema. É descritiva quando tem como objetivo, descrever as características de determinada população. É de campo quando faz uma investigação empírica e é bibliográfica quando faz uso de material publicado em livros, revistas, internet, etc.

A fim de atingir o objetivo proposto, utilizou-se o método quantitativo. O universo da pesquisa é formado pelas MPMEs localizadas no estado de São Paulo. A escolha por empresas localizadas no estado de São Paulo deu-se em virtude de o estado ocupar o primeiro lugar no ranking de contribuição dos estados para o PIB do Brasil de 2013 (estatística mais recente disponível), respondendo por 31,4% do PIB nacional (CALEIRO, 2014).

Foi utilizada a amostragem não probabilística. Para classificação do porte foi utilizado o critério do Sebrae, pois esse é o critério mais utilizado em pesquisas (MORAIS, 2008). A amostra era formada por 59 MPMEs.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário com 21 perguntas fechadas. Com o questionário foi enviado uma carta explicando o objetivo da pesquisa e garantindo o anonimato das respostas. O questionário e a carta foram enviados por e-mail a 890 proprietários de MPMEs, associados a uma entidade de classe patronal do estado de São Paulo. Retornaram 59 questionários respondidos e todos foram considerados válidos, pois apresentavam todas as questões respondidas. O índice de retorno foi de 6,6%, compatível com outras pesquisas que utilizaram a mesma metodologia. A coleta de dados realizou-se de julho a setembro de 2015. Utilizou-se a estatística descritiva para organizar, resumir e apresentar os dados (STEVENSON, 1981).

O questionário estava dividido em três blocos. O primeiro bloco caracterizava a empresa com perguntas sobre o ano de fundação, a localização, o setor de atividade econômica e o número de funcionários. O segundo bloco levantava informações sobre as operações de financiamento das empresas, com perguntas sobre: as modalidades de financiamento utilizadas pelas empresas no momento da pesquisa; as solicitações de financiamentos bancários no período de 2010 a 2015; a finalidade desses financiamentos bancários; o valor solicitado e o valor liberado pelo banco; o conhecimento dos respondentes sobre os fundos garantidores de crédito; a utilização desses fundos pelas empresas. Além disso, para investigar a gestão financeira das empresas, o questionário levantava informações sobre a porcentagem de vendas a prazo em relação as vendas totais e os dias concedidos aos clientes; a porcentagem de compras a prazo em relação as compras totais e os dias concedidos pelos fornecedores; a frequência com que os empresários utilizavam o caixa da empresa para pagar despesas pessoais; e a frequência com que os empresários utilizavam recursos pessoais para pagar despesas da empresa. Algumas perguntas desse bloco do questionário foram baseadas nas pesquisas realizadas pelo Sebrae (2014a, 2014b) sobre o financiamento dos pequenos negócios no Brasil e descritas na seção 2.3. O terceiro bloco caracterizava o respondente com perguntas sobre gênero, idade, cargo e escolaridade. (Devido à falta de espaço, o questionário não foi anexado ao artigo. Ele pode ser solicitado aos autores).

4 Análise dos Resultados

O primeiro bloco do questionário procurava caracterizar a empresa. Quanto ao tempo de existência, 21 (36%) empresas da amostra tinham até 10 anos, 14 (24%) tinham entre 11 e 20 anos, 15 (25%) entre 21 e 30 anos e 9 (15%), mais de 30 anos. A empresa mais antiga estava no mercado há 63 anos. Apenas 8 empresas tinham de 1 a 5 anos de existência.

A respeito da localização, 44% estavam localizadas na cidade de São Paulo. Cerca de 51% das empresas eram do setor serviços. Utilizando a classificação de porte adotada pelo Sebrae, a Tabela 5 mostra que 76,3% da amostra era formada por micro e pequenas empresas.

Tabela 5 – Porte das empresas segundo a classificação do Sebrae

Porte	Atividade econômica							
	Indústria		Comércio		Serviços		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Microempresa	4	22,2	5	45,4	16	53,3	25	42,4
Pequena empresa	11	61,1	3	27,3	6	20,0	20	33,9
Média empresa	3	16,7	3	27,3	8	26,7	14	23,7
Total	18	100,0	11	100,0	30	100,0	59	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

O segundo bloco levantava informações sobre as operações de financiamento das empresas. A primeira pergunta levantava as diversas modalidades de financiamento utilizadas pelas empresas no momento da pesquisa (Tabela 6).

Tabela 6 – Modalidades de financiamento utilizadas pelas empresas, segundo o porte

Modalidades de financiamento	Porte							
	Micro empresa		Pequena empresa		Média empresa		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Pagamento de fornecedores a prazo	14	19,4	15	25,8	10	34,5	39	24,5
Cheque pré-datado	3	4,2	3	5,2	2	6,9	8	5,0
Cartão de crédito	18	25,0	7	12,1	3	10,3	28	17,6
Cheque especial	6	8,3	5	8,6	–	–	11	6,9
Empréstimo bancos privados	12	16,7	8	13,8	3	10,3	23	14,5
Empréstimo bancos públicos	2	2,8	3	5,2	4	13,8	9	5,7
Dinheiro de amigos/parentes	7	9,7	1	1,7	–	–	8	5,0
Antecipação de recebíveis	2	2,8	8	13,8	1	3,5	11	6,9
Leasing	–	–	2	3,5	2	6,9	4	2,5
Microcrédito	–	–	1	1,7	–	–	1	0,6
Factoring	–	–	–	–	–	–	–	–
Empréstimo em cooperativa de crédito	–	–	1	1,7	–	–	1	0,6
Empréstimo com agiota	–	–	–	–	–	–	–	–
Empréstimo em nome de pessoa física	2	2,8	2	3,5	–	–	4	2,5
Outra	5	6,9	1	1,7	2	6,9	8	5,0
Nenhuma das alternativas	1	1,4	1	1,7	2	6,9	4	2,5
Total	72	100,0	58	100,0	29	100,0	159	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Obs.: O respondente podia assinalar mais de uma alternativa. As modalidades de financiamento são baseadas nas pesquisas do Sebrae (2014a, 2014b).

A modalidade mais utilizada era o pagamento de fornecedores a prazo, citada por 24,5% dos respondentes. Em seguida vinha o cartão de crédito, citado por 17,6% e

empréstimo em bancos privados, com 14,5%. Nenhuma empresa da amostra estava utilizando *factoring* no momento da pesquisa; apenas uma empresa utilizava microcrédito e outra utilizava empréstimo em cooperativa de crédito. Comparando esses resultados com as pesquisas realizadas pelo Sebrae (2014a, 2014b), a modalidade de financiamento mais utilizada é a mesma – pagamento de fornecedores a prazo. Mas, no presente estudo, a porcentagem foi muito menor.

Analisando-se por porte, as modalidades de financiamento mais utilizadas pelas microempresas no momento da pesquisa eram: cartão de crédito, com 25%, pagamento de fornecedores a prazo com 19,4% e empréstimo em banco privado com 16,7%. As modalidades mais utilizadas pelas pequenas empresas: pagamento de fornecedores a prazo com 25,8%, empréstimo em bancos privados e antecipação de recebíveis com 13,8% cada e cartão de crédito com 12,1%. As modalidades mais utilizadas pelas médias empresas eram: pagamento de fornecedores a prazo com 34,5%, empréstimo em bancos públicos com 13,8%, empréstimo em bancos privados e cartão de crédito com 10,3% cada. O Gráfico 2 mostra as modalidades de financiamento utilizadas pelas MPMEs da amostra, no momento da pesquisa.

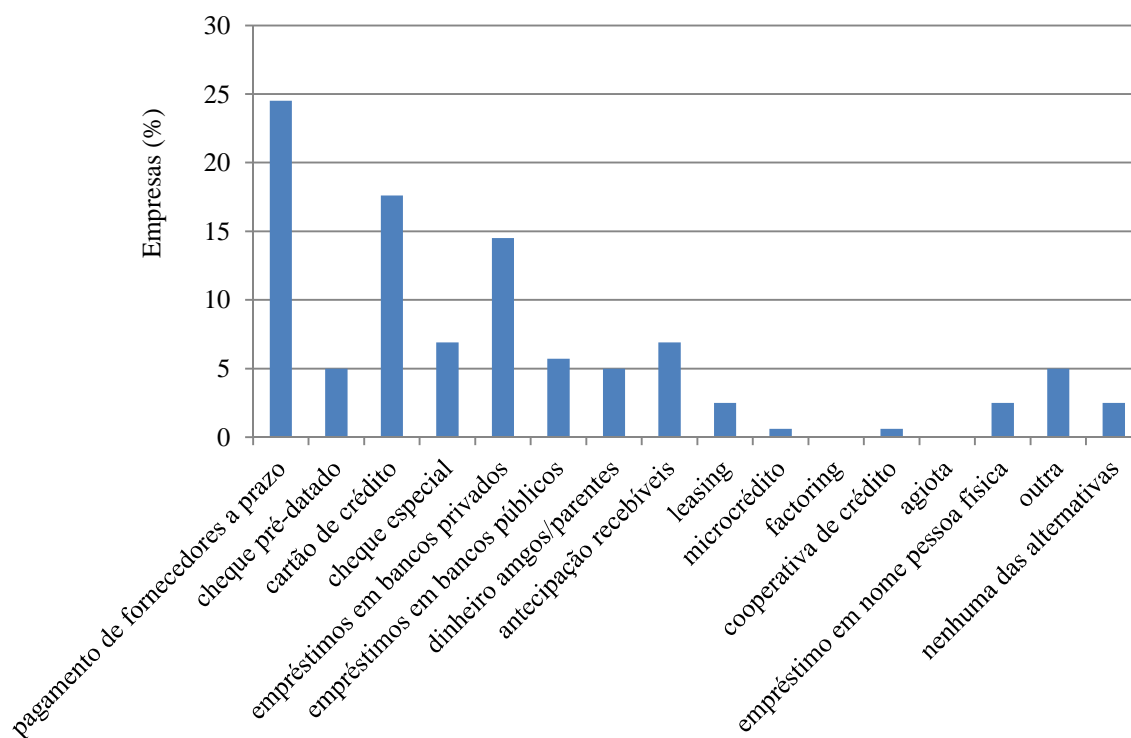


Gráfico 2 – Modalidades de financiamento utilizadas pelas empresas, no momento da pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Obs.: O respondente podia assinalar mais de uma alternativa.

Das 59 empresas da amostra, 33 (56%) solicitaram empréstimo bancário no período de 2010 a 2015. Todas conseguiram realizar a operação, sendo que 29 (88%) receberam 100% do valor solicitado e 4 (12%) receberam apenas parte do valor. As razões apontadas pelos bancos a essas quatro empresas para liberar apenas parte do valor solicitado foram: faturamento baixo (50%) e falta de crédito para o perfil (50%). As solicitações de empréstimo foram feitas a bancos privados em 57% dos casos, a bancos públicos em 33%, e a bancos privados e públicos em 10%. O que chama a atenção é o fato de nenhuma empresa da amostra ter o pedido de empréstimo negado pelo banco.

Das 26 (44%) empresas da amostra que não solicitaram empréstimo bancário no período de 2010 a 2015, a principal razão apontada foi não “necessitar de empréstimo” (73%).

O Gráfico 3 mostra os anos em que as empresas solicitaram empréstimo bancário no período de 2010 a 2015. Até a primeira quinzena de setembro de 2015, 20 empresas tinham solicitado. O gráfico aponta uma tendência de aumento na utilização de empréstimo bancário. Esse resultado reforça o achado do estudo do Sebrae (2014b) de que a proporção de empresas que utiliza empréstimo bancário para financiar suas atividades vem crescendo nos últimos anos.

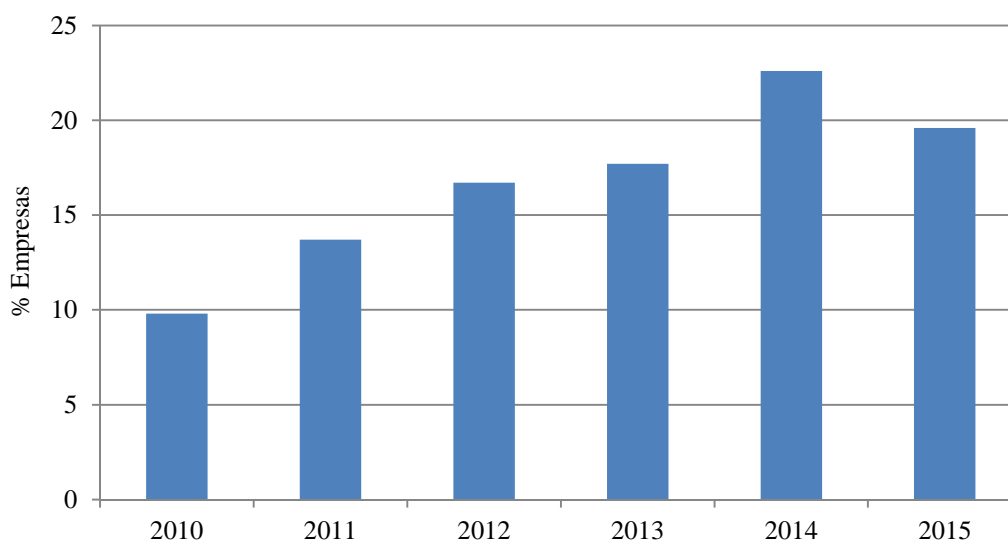


Gráfico 3 – Anos em que as empresas solicitaram empréstimo bancário

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Obs.: O respondente podia assinalar mais de uma alternativa.

Quanto à finalidade do empréstimo bancário, 60,6% das empresas solicitaram empréstimo para capital de giro, 18,2% para investimento e 21,1% para capital de giro associado a investimento, também chamado de investimento misto. Nesse último, a empresa financiou ativo permanente e necessita de recursos para aquisição, por exemplo, de matéria-prima, mercadorias. Cerca de 70% das microempresas e 80% das pequenas empresas

solicitaram empréstimo para capital de giro. Nenhuma das médias empresas solicitou empréstimo para capital de giro.

A mediana do valor solicitado nos empréstimos bancários foi de R\$ 180.000,00, valor bem superior ao encontrado na pesquisa do Sebrae (2014b). A explicação pode estar na composição da amostra, que na pesquisa do Sebrae (2014b) era formada por empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, enquanto que na presente pesquisa a amostra é formada por MPMEs. A mediana do prazo para pagamento dos empréstimo foi de 24 meses.

Para verificar a gestão financeira das empresas, os respondentes responderam a perguntas sobre a porcentagem de vendas a prazo e o prazo em dias concedido aos clientes; a porcentagem dos pagamentos a prazo e o prazo em dias concedido pelos fornecedores.

Os resultados apontaram que as vendas a prazo representavam 80% (mediana) das vendas totais e o prazo concedido aos clientes era de 35 dias (mediana). Quanto às compras a prazo, 60% (mediana) das compras totais eram a prazo, e o prazo concedido aos clientes era de 30 dias (mediana). Esses dados mostram descasamento nos prazos. As empresas estavam pagando seus fornecedores antes de receber de seus clientes, ocasionando uma necessidade maior de caixa.

Foram feitas duas perguntas para investigar se havia mistura dos recursos da empresa com os recursos pessoais dos proprietários. Cerca de 70% dos respondentes nunca utilizaram os recursos da empresa para pagar despesas pessoais. E cerca de 40% nunca utilizaram os recursos pessoais para pagar contas da empresa. Os resultados mostram que a prática de misturar recursos da empresa com recursos pessoais dos proprietários ainda é encontrada em algumas MPMEs.

A última pergunta do segundo bloco investigava o conhecimento dos respondentes sobre os fundos garantidores de crédito e sobre sua utilização pelas empresas. Oitenta e cinco por cento dos respondentes afirmaram não conhecer os fundos garantidores. Dos 15% que afirmaram conhecer, apenas três citaram algum fundo. Foram citados: FAMPE, FGI e Desenvolve SP, com uma citação cada. Quanto a utilização dos fundos garantidores de crédito, apenas 3 respondentes afirmaram ter utilizado. Os fundos mencionados foram: Desenvolve SP e FGI, com uma citação cada. O terceiro respondente não soube informar o fundo utilizado. Foram feitas análises cruzando as respostas sobre conhecimento dos fundos com setor e porte das empresas, idade e escolaridade dos respondentes. O desconhecimento dos fundos apareceu em todos os portes e setores, idades e escolaridade. As instituições responsáveis pela administração dos fundos garantidores de crédito precisam rever suas estratégias de divulgação. Elas não estão atingindo seu público-alvo.

O terceiro bloco do questionário caracterizava o respondente. Sessenta e oito por cento dos respondentes eram homens. Trinta e seis por cento tinham entre 31 e 40 anos e 27%, entre 26 e 30 anos; 88% eram sócios-gerentes; 61% cursaram pós-graduação e 32%, graduação completa.

Diversas análises complementares foram realizadas, cruzando as respostas com tempo de existência, setor e porte das empresas, idade e escolaridade dos respondentes. Não foram encontradas associações.

5 Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi identificar as modalidades de financiamento utilizadas pelas MPMEs localizadas no estado de São Paulo. A amostra era formada por 59 MPMEs.

A estatística descritiva indicou que 40% das empresas tinham mais de 20 anos de existência, 44% estavam localizadas na cidade de São Paulo e 51% eram do setor serviços. Cerca de 77% da amostra era formada por micro e pequenas empresas.

Os resultados mostraram que o pagamento de fornecedores a prazo era a modalidade de financiamento mais utilizada pelas MPMEs, no momento da pesquisa. O mesmo resultado foi encontrado nas pesquisas do Sebrae (2014a, 2014b). As instituições financeiras percebem as MPMEs como empresas de risco elevado em razão da baixa qualidade das informações disponibilizadas. Assim, acabam criando barreiras de acesso ao crédito. Nesse cenário, as MPMEs têm no crédito comercial uma importante fonte de financiamento.

As MPMEs da amostra apresentaram descasamento nos prazos de pagamento e recebimento das operações a prazo. O pagamento das compras a prazo estava ocorrendo antes do recebimento das vendas a prazo. A identificação do ciclo operacional (prazo da compra de matéria-prima ou mercadorias até o recebimento das vendas) auxilia a administração do caixa e permite antecipar a necessidade de capital de giro, tornando a gestão financeira mais eficiente.

Das empresas que solicitaram empréstimo bancário, todas tiveram seus pedidos aceitos. A maioria recebeu o valor solicitado e a principal finalidade foi empréstimo para capital de giro. Os resultados mostraram que a utilização de empréstimo bancário aumentou no período de 2010 a 2015.

Os resultados apontaram baixo conhecimento dos respondentes sobre os fundos garantidores de crédito. Diversas pesquisas apontam que a insuficiência de garantias é uma das principais barreiras à concessão de financiamento bancário para as MPMEs. O baixo conhecimento sugere deficiência na veiculação de informações por parte das instituições responsáveis pela administração desses fundos. Essas instituições não estão atingindo os proprietários de MPMEs. Suas ações precisam ser revistas.

A pesquisa apresenta algumas limitações. O método de amostragem empregado para selecionar as empresas da amostra foi o não probabilístico. Assim, não é possível generalizar os resultados encontrados para a população. O tamanho da amostra também é uma limitação. Outra é o fato de a pesquisa utilizar dados de percepção de proprietários de MPMEs.

Este estudo levantou um conjunto de informações que servirão de base para a realização de outras pesquisas, ampliando os conhecimentos sobre as MPMEs.

Referências

ANNUAL REPORT ON EUROPEAN SMEs 2013/2014. 2014. *A partial and fragile recovery*. Disponível em: <ec.europa.eu>. Acesso em: 23/06/2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório da economia bancária e crédito**. 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 01/07/2015.

Organizadores:



ANEGEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:



BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Apoio às micro, pequenas e médias empresas.** Junho/2015. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 06/08/2015.

CALEIRO, J. P. **A contribuição de cada estado para o PIB do Brasil.** 13/01/2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/album-de-fotos/a-contribuicao-de-cada-estado-para-o-pib-do-brasil>>. Acesso em: 24/04/2015.

CARVALHO, C. E.; ABRAMOVAY, R. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. *In:* SANTOS, C. A. (Org.). **Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas.** Brasília: Sebrae, 2004.

CARVALHO, C. J. de; SCHIOZER, R. F. Gestão de capital de giro: um estudo comparativo entre práticas de empresas brasileiras e britânicas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, n. 4, p. 518-543, 2012.

_____. Determinantes da oferta e da demanda de créditos comerciais por micro, pequenas e médias empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 68, p. 208-222, mai./jun./jul./ago. 2015.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **FGO e FGI – fundos garantidores de risco de crédito:** como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar. Brasília: CNI, 2010.

DESENVOLVE SP. **Garantias.** 2014. Disponível em: <<http://www.desenvolvesp.com.br/empresas/guia-financiamento/garantias>>. Acesso em: 26/04/2015.

GANDRA, A. Desembolso do BNDES para micro, pequenas e médias empresas foi recorde em 2013. **Agência Brasil.** Rio de Janeiro, 04/02/2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em: 16/02/2015.

LEMES JÚNIOR, A. B.; PISA, B. J. **Administrando micro e pequenas empresas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LIMA, E. de O. As definições de micro, pequena e média empresas brasileiras como base para a formulação de políticas públicas. *In:* ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS – EGEPE, 2., 2001, Londrina. **Anais...** Londrina: EGEPE, 2001.

LONDON, J. Um mundo de pequenas e médias empresas. **Pequenas Empresas & Grandes Negócios.** São Paulo, 14/07/2013. Disponível em: <<http://www.revistapegn.globo.com/colunistas/jack-london/noticia/2013/07/um-mundo-de-pequenas-e-medias-empresas.html>>. Acesso em: 29/01/2015.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Diálogo sobre empreendedorismo e competitividade para PMEs entre o Brasil e a União Européia (PMEE-004):** estratégia de mercado de capitais para PMEs brasileiras. Brasília: CNI, 2013.

MORAIS, J. M. Programas especiais de crédito para micro, pequenas e médias empresas: BNDES, PROGER e fundos constitucionais de financiamento. *In*: NEGRI, J. A. de; KUBOTA, L. C. **Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil.** Brasília: IPEA, 2008.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D.; LAMB, R. **Fundamentos de administração financeira.** Porto Alegre: AMGH, 2013.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **O financiamento das micro e pequenas empresas (MPEs) no Brasil.** 2009. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/estudos_tematicos/financiamento_mpes_2009_jul_2009.pdf>. Acesso em: 02/04/2015.

_____. **O financiamento dos pequenos negócios no Brasil.** 2014a. Disponível em: <observatorio.sebraego.com.br/midias/downloads/06112014152431.pdf>. Acesso em: 02/04/2015.

_____. **O financiamento dos pequenos negócios no Brasil.** 2014b. Disponível em: <observatorio.sebraego.com.br/midias/downloads/01042015151955.pdf>. Acesso em: 02/04/2015.

_____. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira.** Fevereiro/2015. Brasília: Sebrae, 2015a.

_____. (Org.). **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2014.** Brasília: Sebrae, 2015b.

SOUZA, M. C. de A. F. de; MAZZALI, L. Conceito e espaço da pequena empresa na estrutura industrial: heterogeneidade e formas de inserção. **Gestão da Produção**, v. 15, n. 3, p. 591-603, set./dez. 2008.

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração.** São Paulo: Harbra 1981.

STIGLITZ, J. E.; WEISS, A. *Credit rationing in markets with imperfect information.* **The American Economic Review**, v. 71, n. 3, p. 393-410, june 1981.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2006.

ZICA, R. M. F.; MARTINS, H. C. Mecanismos garantidores de crédito para micro e pequenas empresas: principais modelos, abordagens teóricas e alcance. *In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA*, 26., 2010, Vitória. **Anais...** Vitória: ANPAD, 2010.

Organizadores:

ANEPE
Associação Nacional de Estudos
em Empreendedorismo e Gestão
de Pequenas Empresas

Realizadores:

